

A identidade racial definida pelos alunos do ensino fundamental: considerações visualizadas no questionário contextual da prova SAEB

Ana Carolina Neumann Barbiero¹

Resumo: O artigo explora a percepção e construção da identidade racial entre estudantes do Ensino Fundamental, utilizando como objeto de estudo os dados obtidos a partir do questionário contextual da prova SAEB. O estudo analisa como os alunos definem sua própria identidade étnico-racial, examinando as categorias raciais apresentadas pelo questionário e como a identificação étnica impacta na vida dos estudantes. O objetivo é compreender como as crianças em idade escolar percebem e interpretam suas identidades raciais. Para o estudo foram utilizadas algumas referências na linha de memória e identidade, debatidas em sala de aula como: Le Goff (1984); Pollak (1989, 1992); Chartier (1990); D'Alessio (1993) e Weber e Pereira (2010). Os resultados fornecem apontamentos sobre a necessidade de uma educação inclusiva e sensibilizam para a importância de promover a valorização e respeito à diversidade étnica na formação de uma sociedade mais igualitária e justa.

Palavras-chave: Identidade, Memória, Questionários contextuais, Valorização.

The racial identity defined by fundamental education students: considerations visualized in the contextual questionnaire of the SAEB test

¹ Ana Carolina Neumann Barbiero, mestre em Educação pela Unioeste – Campus de Cascavel e doutoranda do Programa em Sociedade, Cultura e Fronteira da Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: ana.barbiero@hotmail.com

Abstract: The article explores the perception and construction of racial identity among elementary school students, using as object of study the data obtained from the contextual questionnaire of the SAEB test. The study analyzes how students define their own ethnic-racial identity, examining the racial categories presented by the questionnaire and how ethnic identification impacts students' lives. The aim is to understand how schoolchildren perceive and interpret their racial identities. For the study were used some references in the line of memory and identity, discussed in the classroom as: Le Goff (1984); Pollak (1989, 1992); Chartier (1990); D'Alessio (1993) and Weber and Pereira (2010). The results provide notes on the need for inclusive education and raise awareness of the importance of promoting appreciation and respect for ethnic diversity in the formation of a more equal and just society.

Keywords: Identity, Memory, Contextual questionnaires, Valorization.

Introdução

A importância do reconhecimento e da valorização da identidade étnica, especialmente entre crianças e adolescentes, é um tema de extrema relevância nos dias de hoje. Em muitas sociedades, a cor preta tem sido historicamente negada e associada a estereótipos negativos, o que pode ter efeitos profundos na formação da autoimagem e autoestima das crianças pertencentes a etnia afrodescendente.

Desde cedo, as crianças internalizam mensagens e imagens do mundo ao seu redor, incluindo aquelas que envolvem a cor de sua pele. Se não houver um esforço consciente para promover uma aceitação positiva da identidade étnica afrodescendente, elas podem começar a questionar ou até mesmo rejeitar sua própria cor de pele, fator observado nos questionários contextuais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Os questionários socioeconômicos, aplicados juntamente com os testes do SAEB, coletam informações sobre a realidade dos profissionais de ensino e dos alunos. Os dados obtidos fundamentam os resultados dos testes, proporcionando um recurso a mais para interpretação dos índices de qualidade.

Entre as questões do questionário, há uma referente a autodeclaração racial que levanta a indagação sobre o reconhecimento e a

valorização da identidade étnico-racial dos alunos. Esse reconhecimento é fundamental para a construção da autoestima, da confiança e do sentimento de pertencimento dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento integral de sua identidade e para o respeito à diversidade.

O reconhecimento da identidade étnica é crucial para uma formação saudável da identidade pessoal. Ao abraçar e valorizar etnia afrodescendente como parte integrante de sua identidade, as crianças e adolescentes desenvolvem um senso de pertencimento e orgulho em relação às suas origens. Isso pode ajudá-las a construir uma autoestima sólida e desenvolver uma imagem positiva de si mesmas, enfrentando melhor os desafios que podem surgir em suas jornadas.

Ao aprender sobre a rica herança cultural de todas as etnias, as crianças têm a oportunidade de se identificarem positivamente com suas raízes e reconhecerem o papel fundamental que a população negra desempenhou e continua a desempenhar na construção de nossa sociedade.

O objetivo desse artigo é debater e refletir sobre a construção da valorização da identidade étnica dentro da escola, partindo da análise dos resultados dos questionários contextuais do SAEB ano 2019, à nível municipal de três escolas do município de Medianeira/PR.

O reconhecimento e a valorização da identidade étnica, especialmente entre crianças e adolescentes, são fundamentais para promover uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa. Ao combater o racismo e abraçar a diversidade étnica, é possível ajudar as novas gerações a crescerem com autoconfiança, empatia e uma apreciação genuína pela riqueza cultural que cada indivíduo traz consigo.

A memória na constituição e a identidade na definição dos indivíduos

A construção da identidade étnica na sociedade brasileira é um processo complexo e multifacetado que reflete a rica diversidade cultural e histórica do país. O Brasil é uma nação formada por uma mistura de povos indígenas, africanos, europeus e de outras origens, o que resultou em uma sociedade multicultural e plurirracial.

A história da identidade étnica no Brasil está profundamente relacionada com o período colonial e o sistema escravista que trouxe

milhões de africanos para o país como mão de obra forçada. Esse passado de exploração e opressão deixou marcas profundas na formação da sociedade brasileira, influenciando as relações sociais, econômicas e culturais.

A miscigenação é um elemento-chave na construção da identidade étnica brasileira. A mistura entre diferentes grupos étnicos gerou uma enorme diversidade de tons de pele, características físicas e traços culturais. Essa miscigenação também influenciou as tradições, festas, culinária, música e dança do país, criando diversos grupos culturais.

Vivência que transborda de um momento histórico em que vivemos na fronteira do que éramos, num quadro rural-local, e o que somos, num quadro metropolitano-universal. É toda a questão da identidade e a ameaça de sua perda que está aí colocada. Identidade entendida como elemento constituinte da discutível natureza humana ou como a priori de todo grupo social, mas como situação de existência coletiva evidenciada em muitos momentos históricos e que se expressa por um sentimento de referência e identificação grupal. Os “lugares de memória” – poderíamos dizer – expressam o desejo de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto-reconhece e se auto-diferencia (D’ALESSIO, 1993, p. 102).

Essas características individuais vão construindo a identificação de novos grupos formados a partir da similitude e na diferença identitária com o outro, elaborando elementos a partir da memória das pessoas mais velhas que atua como um suporte na perpetuação destes agrupamentos.

No entanto, ao longo da história, a diversidade étnica do Brasil nem sempre foi valorizada e respeitada da mesma forma. O racismo, a discriminação e as desigualdades socioeconômicas ainda são desafios presentes na sociedade brasileira, afetando especialmente os afrodescendentes, indígenas e outras etnias.

A construção da identidade étnica também está relacionada à autoafirmação e ao orgulho de pertencer a um determinado grupo. Movimentos sociais, como o Movimento Negro e indígena, têm sido fundamentais para promover a valorização e o reconhecimento das identidades étnicas, bem como para lutar por seus direitos e por uma sociedade mais inclusiva.

Para que isso aconteça é necessário segundo D'Alessio (1993), da continuidade do grupo pois apenas um indivíduo não garante a permanência do passado, “Indivíduos desaparecem, mas não desaparece a possibilidade de reconstrução da memória, pois ela tem o grupo como suporte” (D’ALESSIO, 1993, p. 100).

Memória então é um ato de escolha e no presente caracteriza-se pelo agrupamento dos elementos do passado que gostariam de ser lembrados e utilizados de alguma forma dentro do tempo/espaço atual. Logo, lembrar é um ato de ressignificar.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 1).

As lembranças provindas da memória, são determinadas a partir das circunstâncias e transmitidas a partir da oralidade e de diferentes suportes. Toda memória tem história, esta última é compartilhada nas narrativas e fixada de acordo com a primeira. Ambas são formas distintas de se relacionar com o passado, mas estão intrinsecamente ligadas e podem se complementar na construção do conhecimento histórico.

A educação desempenha um papel fundamental na construção das narrativas históricas da identidade étnica. É essencial ensinar as diferentes versões da história do Brasil, incluindo os aspectos muitas vezes negligenciados das contribuições das populações indígenas e afrodescendentes para o país.

Do mesmo modo, a memória *coletiva* foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais de poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desse mecanismo de manipulação da memória *coletiva* (LE GOFF, 1984a, p. 13)

O silenciamento da cultura afrodescendente manifestou-se em diferentes aspectos da sociedade brasileira. A começar pela história oficial, que por muito tempo foi contada sob uma perspectiva eurocêntrica, relegando as contribuições e o sofrimento dos povos africanos e seus descendentes a um papel secundário ou ignorando-os por completo. A invisibilidade também se estendeu às expressões culturais, como danças, músicas, artes e festividades, que muitas vezes foram estigmatizadas ou consideradas inferiores pela elite dominante.

A negação da cultura afrodescendente perpetuou-se por meio do preconceito e da discriminação racial, o que gerou desigualdades sociais e econômicas persistentes para essa população. O acesso à educação, saúde, moradia e oportunidades de emprego tem sido historicamente mais difícil contribuindo para a perpetuação das estruturas sociais de poder.

Desde a infância as novas gerações são inseridas nas estruturas do mundo social que foram historicamente produzidas pelas práticas sociais (Chartier, 1990). Estruturas que são forjadas no pensamento ocidental da lógica binária. Nesse contexto, as crianças são influenciadas pela realidade social que discrimina e idealiza o padrão de família, cor, classe econômica, entre outros.

Le Goff pontua que a criança é influenciada pelas pressões do ambiente exterior, porém sua memória social é construída a partir de elementos da tradição familiar, do ensino e do passado coletivo (Le Goff, 1984b). Entretanto, diante das opressões e das representações da prática social, a criança pode optar por silenciar os elementos culturais internalizados no contexto familiar, enquadrando sua memória a partir dos interesses presentes nos jogos sociais.

Por isso a importância de se promover o respeito à diversidade étnica desde a infância, estimulando o diálogo sobre a importância da igualdade e da valorização de todas as culturas presentes no Brasil, fortalecendo elementos para a definição identitária racial.

Contextualização e análise do objeto de estudo

O município de Medianeira pertence a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), onde o currículo baseia-se na concepção crítica de educação com base materialista histórico-dialética. Sendo assim,

o conhecimento científico originado nas relações do homem com a natureza e dos homens entre si, “Constitui-se na sua dimensão histórica, demarcada pelo tempo e pelas condições em que é produzido, sistematizado e socializado” (AMOP, 2020, p. 66).

Neste cenário, todo conhecimento é resultado de um processo histórico da prática socializada entre os homens e por isso, deve-se reconhecer que a educação assim como outros segmentos da sociedade, possui uma perspectiva política.

Para tanto, é preciso compreender que a educação escolar não é um trabalho que se executa meramente no interior de uma sala de aula, de uma escola, limitando-se à relação professor-aluno. O ato pedagógico não é neutro, mas carrega implicações sociais, haja vista que está marcado pela prática de todos os envolvidos no processo educativo e é mediado por relações sócio-históricas (AMOP, 2020, p. 43).

Dessa forma o currículo instiga os professores a praticarem sua função crítica na sociedade, proporcionando um ensino em que alunos e professores são inseridos como sujeitos da história, devendo desenvolver uma consciência social e de classe a fim de produzirem as próximas transformações sociais e políticas (AMOP, 2020).

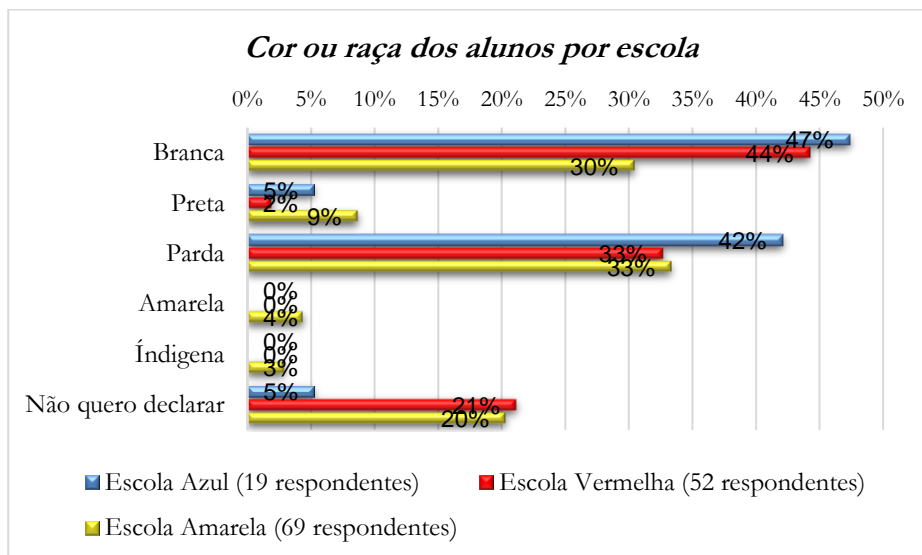
O aluno é caracterizado como um ser culturalmente inserido em um espaço social conduzido por uma história. Os questionários contextuais aplicados em conjunto com o SAEB², permitem a aproximação da sociedade com a realidade vivida por cada aluno. A pesquisa realizada teve cunho bibliográfico e documental de caráter quali-quantitativo dos dados gerados pelos questionários contextuais³ do SAEB do ciclo de 2019, disponíveis no site do INEP.

² Avaliação em larga escala aplicada ao final das etapas de ensino (5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio) em redes públicas e privadas do país. Com a aplicação da prova em questão, o SAEB garante a coleta de dados contextuais e educacionais dos estudantes do país para análise dos níveis de aprendizagem.

³ Juntamente com o teste de Língua Portuguesa e Matemática são aplicados questionários contextuais aos secretários estaduais e municipais, diretores das escolas, professores e alunos, com intuito de familiarizar a sociedade sobre as circunstâncias e relações de cada ambiente pela qual os resultados do processo educacional foram contabilizados. Os secretários respondem sobre o andamento da rede de ensino, currículos e professores; os diretores das escolas participantes do SAEB acrescentam dados sobre a infraestrutura do

Para preservar a identidade dos indivíduos da pesquisa, foram atribuídas cores ao nome das escolas sendo que ambas se localizam em bairros periféricos do município. O Gráfico 1 representa os dados referente a cor ou raça dos estudantes de três escolas municipais do município de Medianeira, confirmando a diversidade cultural e a heterogeneidade presente nas salas de aula.

Gráfico 1: Quantidade de alunos por cor ou raça em cada uma das três escolas pesquisadas



Fonte: Elaborado pela autora.

A investigação étnico-racial no Brasil foi por muito tempo mascarada dos censos, consequência da política de branqueamento instituída no início da República. Após a década de 90, o questionário altera sua nomenclatura para “cor ou raça” e inclui em uma de suas alternativas a opção indígena. Em 2010 o quesito “cor ou raça” que antes era respondido apenas no questionário da amostra (questionário mais completo, respondido por apenas 10% dos domicílios), passa a ser incluso novamente

ambiente, recursos e atividades desenvolvidas; os professores fornecem informações sobre a realidade cotidiana em relação ao exercício do magistério, dificuldades dos alunos, violência escolar, formação acadêmica e complementar e recursos didáticos; já os alunos relatam aspectos referentes ao nível socioeconômico e a participação das famílias, práticas escolares desenvolvidas pelos professores e pela escola, e algumas questões sobre seu histórico escolar (INEP, 2019).

no questionário básico (questionário enxuto e respondido por todos os domicílios) (IBGE, 2018).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012/2019 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), 73,2% da população da região Sul se autodeclarou branca; 4,6% preta e 21,3% parda. Esses dados corroboram com os dados deste estudo em que a grande maioria dos alunos participantes se autodeclararam brancos, porém a porcentagem de alunos pardos revela-se maior quando comparados com os dados da região Sul.

A autodeclaração gera críticas e levanta opiniões. O sistema classificatório racial do Instituto formulado por uma pequena elite dominante, é utilizado desde 1872. De acordo com a revista Retratos do IBGE (2018), o termo pardo cria certa ambiguidade para as regiões fora do eixo Sul e Sudeste pois remete há três significados diferentes: miscigenação preta, indígena ou qualquer outra cor ou raça; substituição do termo negro ou representação da descendência indígena.

A ampliação de significados e o sentimento de pertencimento racial vem sendo demonstrado no aumento da declaração de pessoas pretas e pardas em contraposição com a diminuição de pessoas brancas. Na PNAD realizada no ano de 2012, 46,6% da população brasileira se autodeclarava branca, 7,4% preta e 45,3% parda. Já em 2019 houve uma diminuição da opção branca 42,7%, o número de pessoas pretas aumentou para 9,4% e as pessoas pardas também tiveram acréscimo 46,8% (IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2019).

A autoclassificação é garantida pelos direitos humanos, contudo, nem sempre representa um dado real em virtude da ancestralidade das famílias marcadas pela miscigenação entre os povos. Outro fator visualizado no Gráfico 1 é o número de alunos que optaram por não declarar sua cor ou raça.

Menezes cita que “A dificuldade de auto-aceitação pode ser decorrente de um possível comprometimento de sua identidade devido a atribuições negativas provenientes do seu grupo social” (Menezes, 2003, p. 102). Uma das hipóteses levantadas para o alto número de alunos não declarantes é destacada pelo preconceito racial ainda muito presente na sociedade, em que sujeitos optam por internalizarem outra identidade como forma de enquadramento da repressão exterior. O primeiro grupo social da

criança é dentro de casa com a família, por meio desses sujeitos a criança recebe as primeiras transmissões das representações sociais, “Através da memória cultural, portanto, é que os grupos constroem sua identidade, preservam suas tradições, ritmos e costumes, elaboram a representação de si mesmos e dos outros, bem como reforçam seu sentimento de pertencimento, adesão” (WEBER e PEREIRA, 2010, p. 120).

Logo, não basta pertencer a determinada cultura, o que irá definir as características culturais são os enquadramentos e as experiências dos indivíduos anteriores que influenciaram o que está sendo representado e defendido no presente. O ambiente familiar compartilha o discurso social internalizado pelos mais idosos. O psiquismo⁴ humano ocorre por meio da internalização do discurso social (VYGOTSKY, 1984). É durante a mediação que a criança acaba silenciando sua identidade étnica em virtude dos comportamentos preconceituosos visualizados na interação entre as pessoas ao seu redor.

Le Goff ainda aponta, “A memória, como propriedade de conservar certas informações, reenvia-nos em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode *atualizar* impressões ou informações passadas. (LE GOFF, 1984, p. 11). A linguagem e a mediação atuam como elementos primordiais no compartilhamento e desencadeamento das memórias. A penalização da cor negra afeta a definição da identidade da criança como preta ou parda devido a internalização do discurso alheio que influencia na busca do pertencimento aos jogos sociais.

Os dados dos 564 alunos do município de Medianeira se aproximam dos dados destas três escolas, com destaque para a opção preta que atingiu apenas 3% na quantidade total de alunos do município. Esses 3% representam 17 alunos do município que se autodeclararam negros. Neste montante, praticamente a metade (8 alunos) encontram-se matriculados nas

⁴ O traço fundamental do psiquismo humano é que este se desenvolve por meio da atividade social, a qual, por sua vez, tem como traço principal a mediação por meio de instrumentos que se interpõem entre o sujeito e o objeto de sua atividade. As funções psicológicas superiores (típicamente humanas, tais como a atenção voluntária, memória, abstração, comportamento intencional etc.) são produtos da atividade cerebral, têm uma base biológica, mas, fundamentalmente, são resultados da interação do indivíduo com o mundo, interação mediada pelos objetos construídos pelos seres humanos (FACCI, 2004, p. 65-66).

três escolas pesquisadas fixadas em bairros periféricos, reforçando os apontamentos sobre desigualdade social.

Destaca-se a importância do trabalho do professor, ao trabalhar a cultura identitária, ajudam a criar uma consciência crítica nos alunos em relação às desigualdades raciais e sociais presentes na sociedade. Isso pode estimular o engajamento em debates sobre temas relevantes, como racismo, discriminação e inclusão, possibilitando que os estudantes se tornem agentes de mudança e aliados na luta contra o preconceito.

Um grupo social é formado a partir da identificação social com determinadas características. Pollak destaca “[...] definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (POLLAK, 1989, p. 3). Essa é a importância da classificação, definir um determinado grupo, destacando elementos que identifiquem a identidade cultural das pessoas pertencentes.

Além disso, ao reconhecer e valorizar todas as culturas em sala de aula, os professores fortalecem o senso de pertencimento dos alunos, independentemente de sua etnia. Todos os estudantes aprendem a apreciar e respeitar a diversidade, compreendendo que cada indivíduo traz consigo uma riqueza cultural que enriquece a sociedade como um todo.

Considerações Finais

Por meio dos dados expostos, conclui-se que a quantidade de alunos que se autodeclararam negros é baixa, mas quando comparada ao dado geral do município, se torna um número expressivo, representando que talvez haja ainda mais negros devido ao apagamento identitário das crianças inseridas em uma sociedade em que o preconceito racial é excludente.

A partir do exposto, ressalta-se a importância de se analisar as informações dos questionários contextos sobre as condições socioeconômicas e culturais da realidade dos alunos, diante do ranqueamento das escolas realizado pelas políticas neoliberais de avaliação em larga escala.

A sala de aula desempenha um papel fundamental na valorização da identidade de cada pessoa, especialmente quando se trata da cultura

identitária da etnia afrodescendente. Trabalhar essa temática é essencial para promover a inclusão, combater o preconceito e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Integrar a cultura afrodescendente ao currículo escolar permite que os alunos conheçam a história e as contribuições significativas dessa comunidade para o Brasil e o mundo. Além disso, é uma oportunidade de reconhecer e valorizar as tradições, expressões artísticas, religiões e a herança cultural desse grupo étnico. Ao se sentirem representados e vistos na sala de aula, os estudantes desenvolvem uma autoestima mais forte e têm a chance de construir uma identidade positiva.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. – AMOP. **Proposta pedagógica curricular**: ensino fundamental (anos iniciais) rede pública municipal. AMOP, Cascavel, 2020.

CHARTIER, Roger et al. A história cultural. **Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, v. 1, p. 12, 1990.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 97-103, set. 92/ago. 1993.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigostski. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 64-81, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Saeb, Testes e questionários**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/instrumentos-de-avaliacao>. Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Somos todos iguais? O que dizem as estatísticas. **Retratos**: A revista do IBGE, n. 11, maio de 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf. Acesso em: 12 de jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019**. PNAD contínua, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf. Acesso em: 12 de jul. 2021.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*. Enciclopédia Einaudi, **Memória – História** (trad.) Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moesa, 1984a, vol. 1, p. 11-50.

LE GOFF, Jacques. Passado/Presente. *In*. Enciclopédia Einaudi, **Memória – História** (trad.) Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moesa, 1984b, vol. 1, p. 293-310.

MENEZES, Waléria. O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola. **Cadernos de estudos sociais**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**, São Paulo, Martins Fontes, 7a edição, 1984.

WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. Halbwachs e a Memória: contribuições à história cultural. **Revista Territórios e Fronteiras**. v. 3, n.1, Jan/Jun 2010, p. 104-126.